

RESENHA

BRASIL, MOSTRA TUA CARA

VICTOR GUSTAVO DE SOUZA*

SCHWARCZ, Lília M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 288p.

Na esteira dos recentes acontecimentos da ascensão da direita pelo mundo e, principalmente, do atual momento político vivido pelo Brasil, com a constante desqualificação das Ciências Humanas e até mesmo a negação da História, o livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, da historiadora e antropóloga Lília M. Schwarcz, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), tem como objetivo geral discutir determinadas percepções sobre o *ser* brasileiro. Ao analisar práticas e mitos sobre a brasilidade, que remontam ao período colonial e ainda persistem, de alguma forma, em nossa sociedade, o projeto faz coro às obras tributárias de *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1936), e, apesar de não ser uma discussão recente, ilustra muito bem como a perpetuação de um imaginário fantasioso de tolerância resultou em um país que não encara, de fato, suas feridas abertas, propiciando terreno fértil para o (re) aparecimento de discursos opressores, cada vez mais comuns em ambientes políticos e no próprio cotidiano.

Destinado a um público que vai além de seus pares da Academia, a autora elabora um livro de leitura acessível que toca em várias discussões contemporâneas. Organizado em introdução, oito capítulos — que podem ser lidos individualmente sem maiores prejuízos — e conclusão, a obra faz um exercício de ida e vinda entre passado e presente, no qual, a cada seção, procura estabelecer, se não as origens, pelo menos aproximações e afastamentos entre os autoritarismos (no plural) de antes e os de hoje.

A Introdução retoma a vinda da Corte para o Rio de Janeiro e os eventos desencadeados a partir de então, como o surgimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e a necessidade da construção de *uma* história patriótica para a nação. Argumenta que o concurso promovido por essa instituição, *Como se deve escrever a História do Brasil*, deu início a um primeiro mito nacional: que o país era uma harmoniosa mistura de raças. Schwarcz aponta para outros quatro mitos que servem como ponta de lança para a formação de uma nação autoritária, a saber: a ideia de um país harmônico e sem conflitos; a hostilidade do brasileiro às hierarquias; que nossa democracia é plena, sem preconceitos; e, por fim, o imaginário relacionado à “natureza edênica” do Brasil.

Escravidão e Racismo (cap. 1) pondera sobre como aquela instituição foi muito mais que um sistema econômico, fazendo do negro o principal alvo das desigualdades sociais. Afinal, a Lei Áurea (1888) não modificou as estruturas brasileiras, o corpo negro foi colocado à margem da sociedade e, posteriormente, com o surgimento de teorias como o darwinismo social, o racismo passaria a ser justificado pela biologia. Ao expor a persistência da mentalidade subjugadora do branco sobre o negro, a

escritora apresenta rastros que perpassam toda a história da nação e chegam aos dias atuais, com o genocídio do jovem negro periférico e como esta categoria está mais propensa à criminalidade. Por outro lado, o surgimento de movimentos militantes lançou luz em questões até então não discutidas, como cotas raciais e o racismo velado. Todavia, em momentos de crises (nas mais variadas formas), e por meio de discursos autoritários e conservadores, os direitos tidos como conquistados são colocados em xeque e suas lutas desmerecidas e ignoradas.

Mandonismo (cap. 2) não apenas resgata as práticas de “mandões locais” do Império e Primeira República, como se arrisca em estabelecer um paralelo direto entre as práticas coronelistas e o conceito de famílias estendidas com a palpitante política brasileira, ao discutir sobre a persistência de grandes famílias no poder e o papel delas nas eleições de 2018. Vale lembrar como o sistema eleitoral brasileiro foi duramente atacado no último referendo por vozes (opressoras) que alegavam um suposto caráter fraudulento do mesmo. Desse modo, a autora sai em defesa da lisura do processo, definindo-o como eficaz, seguro e confiável. Indo além, versa sobre as mídias sociais e seu papel ativo no sufrágio, afirmando que delas surgiu um novo tipo de liderança: o “político populista digital” que, assim como o coronel de outrora, é autoritário, beneficia aqueles que estão ao seu redor e pune os que não estão. Características, segundo ela, herdadas dos mandonismos.

Apesar de interessante, a categoria “populista digital” parece um conceito ainda a ser mais aprofundado, visto todas as particularidades que essas mídias encerram em si. Além disso, ao passo que não é dificultoso entender como esse populista pode se mostrar intolerante, os benefícios à

sua família estendida (no caso, seus seguidores-eleitores) não acompanha o mesmo caminho e a pesquisadora não busca se aprofundar na definição.

Realizando o já tradicional processo que investiga na Colônia e no Império indicações de práticas atuais, *Patrimonialismo* e *Corrupção* (caps. 3 e 4, respectivamente) se aprofundam no uso da maquinaria pública para benefícios pessoais e são definidos como “inimigos da República”. Discute-se, inicialmente, a ausência de uma administração lusitana forte, assim, os próprios moradores do Brasil colonial ficaram responsáveis por estabelecer uma administração híbrida entre interesses privado e da Coroa. No período Imperial, os interesses dos latifundiários monocultores se confundiam com os do Estado e, desta vez, a elite econômica também se tornava elite política, ao assumir diversos cargos no governo. Chegando aos dias atuais, onde, apesar das inúmeras mudanças, o uso do Estado para interesses individuais ainda permanece, principalmente através de manobras políticas que funcionam como moeda de troca entre os Poderes e com os próprios eleitores.

Mesmo deixando claro que não se pode estabelecer uma linha direta entre as artimanhas desses períodos e o contemporâneo, não é possível ignorar uma sensação de continuidade e determinismo ao longo do texto. Apesar disso, é interessante notar que antes do período republicano o sentido de corrupção estava ligado exclusivamente a governos e não a pessoas, como atualmente.

Nesse mesmo capítulo há uma discussão sobre a corrupção recente que o país se vê mergulhado, citando episódios como o chamado mensalão (2005) e a Operação Lava Jato (2014). Ao destacar os diversos afastamentos na forma como a corrupção passou a ser encarada pela

mídia e pela população, Schwarcz indica os perigos de selecionar um único indivíduo ou partido como bode expiatório, pois, assim que os mesmos forem punidos, a sociedade pode cair numa fantasia de que “tudo está bem”. Quando, na verdade, planos de ação e combate a longos prazos e duradouros devem ser a resposta desejada pela população que, por seu turno, deve romper com toda e qualquer prática corruptiva, não apenas aquelas vistas nos noticiários ou em aplicativos de mensagens.

Corrupção e patrimonialismo geram diversos problemas para a nação, desse modo, a pesquisadora reflete sobre a *desigualdade social* (cap. 5) em nosso país. Assinala que a escravidão, o sistema de latifúndios e os dois “crimes contra a República”, citados acima, podem explicar os motivos de uma “realidade desigual”, mas não esclarecem o *porquê* de não havermos a superado, nos processos de modernização e industrialização que se fizeram presentes ao longo do século XX.

Dividido em dois, o capítulo faz uma abordagem mais ampla na primeira seção, onde apresenta dados relacionados à economia do país e à (falta de) distribuição de renda; os ganhos da população, levando em conta gênero e raça; e as absurdas diferenças de contribuições fiscais entre as classes altas e baixas, discutindo a já familiar concepção “que o de cima sobe e o de baixo desce”. A segunda parte dedica-se exclusivamente à educação, e, novamente, regressa ao passado, apresentando uma brevíssima história da educação brasileira.

Nesse capítulo destaca-se a diferenciação entre civismo e patriotismo, termos que, como a autora deixa bem claro, não são sinônimos, mas foram utilizados como tal por Vargas e a mesma situação se repete atualmente. O civismo está relacionado à práticas e defesas de

valores fundamentais para a vida coletiva, como bem salientado no texto, o problema se inicia quando, por meios políticos, a noção de patriotismo e civismo se confunde em um e não agregam de nenhuma maneira positiva ao ensino e educação.

O capítulo sexto discute a *violência* urbana e no campo. Com reflexões sobre o Estatuto do Desarmamento e o modo que a desigualdade social afeta, mais diretamente, grupos em vulnerabilidade, como moradores de favelas, sujeitos à ação de milícias e traficantes. O tráfico de drogas e a guerra às drogas, por parte do Estado, é uma variável importante que eleva as taxas de violência urbana, onde as crianças e adolescentes, desamparados por políticas públicas, entram cada vez mais cedo na criminalidade.

Visando explicar esses altos índices de violência no Brasil, a historiadora aponta para “fatores de origem histórica”, como a escravidão. Entretanto, esse argumento parece determinista e contraditório: se a escravidão não explica o porquê de não havermos superados as desigualdades sociais durante o século XX, argumentado anteriormente, também não pode explicar sozinha o motivo da não superação de um passado violento, coercitivo.

Se, por um lado, os jovens carentes são os mais afetados pela violência urbana, no campo as comunidades nativas, por sua vez, encontram-se cada vez mais desamparadas. As disputas por terras caracterizam a violência no campo, em constante conflito com os latifundiários do agronegócio. Conforme Schwarcz, o nativo é uma presença invisível, sem direito a terra e sem direito a autoafirmação, tratado como criança que precisa de tutela.

Vale destacar que o agronegócio não é o único problema das comunidades: a população em geral também contribui para perpetuação e propagação de estereótipos. Através de décadas da construção de uma (falsa) história nacional, os nativos se viram reduzidos a duas categorias: ou romantizados (que retrata os índios dóceis, como heróis nacionais); ou violentos, reflexo de políticas visando desqualificar o sofrimento e contestações desses grupos.

Raça e Gênero (cap. 7) apresenta as discussões mais contemporâneas dentre todos. Abordando questões relacionadas à violência contra a mulher e à comunidade LGBTQ+, Schwarcz demonstra toda sua insatisfação com a falta ou a ineficácia de políticas públicas de proteção a esses grupos e como o atual cenário político, encabeçado por figuras intolerantes, intensifica as tentativas de controle desses corpos. Esse movimento repressivo surge como uma resposta às conquistas sociais dos marginalizados e estigmatizados, pois os consideram “menos”, logo busca negar-lhes o direito a uma cidadania plena, como apontado na obra. Essa negação é realizada através de racismo, misoginia e as mais variadas formas de preconceitos.

Interessante destacar o que a antropóloga define como “inclusão cultural com exclusão social”, que seria um país que se orgulha de seus ritmos, de seus esportes e de sua culinária provenientes de diversos países (não só da Europa como da África), mas, ao mesmo tempo, é um país racista que baseia seu cotidiano na exclusão dos “diferentes”.

Todas essas formas de violência são frutos da *Intolerância* (cap. 8), onde a ideia de o Brasil ser um “paraíso de tolerância” é posta por terra, como já desenvolvido nos capítulos anteriores. Aqui se discute de que

maneira ideias como “escravidão branca”, “ditadura branca”, “colonização branca”; a “cordialidade do brasileiro” e afins tratam-se de tentativas de suavizar ou mesmo anular toda a violência que por aqui existiu e continua existindo.

Por fim, a *Conclusão* retoma alguns pontos levantados anteriormente e reflete sobre os artifícios de se voltar a um passado mítico e glorioso como forma de reconstruir a própria história e o papel dessa disciplina para “relembrar” o que se pretende esquecer.

Destacando, uma vez mais, ser este um livro que une passado com o tempo imediato, a historiadora e antropóloga se ocupa de termos como “cultura do estupro” e “feminicídio”; trata da ação das milícias dentro do aparelho estatal e sua ação para exterminar vozes dissonantes, como de Marielle Franco, executada a tiros por milicianos; além de classificar a comunidade LGBTQ+ como alvo direto de movimentos autoritários.

Lília M. Schwarcz não tem por objetivo apresentar elaboradas reflexões teóricas ligadas à Academia, propõem, na verdade, discutir processos de evolução de políticas públicas ligadas à conquista de direitos básicos do cidadão brasileiro e o retrocesso que as mesmas vêm sofrendo. Finalmente, percebe-se, que, assim como seus governantes, parece que o brasileiro finalmente está assumindo toda sua intolerância e, sem medo de ser repreendido, a pratica livremente.

Referências

HOLANDA, S. B de. **Raízes do Brasil**: 1936-1971. Rio de Janeiro: José Olympo, 1936.

*Mestrando em História pela Unesp/Assis, linha Política: Ações e Representações. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0731-1528>